

**Parecer Legal e Institucional nº 02/2014/CTIL/CNRH/MMA**

**Assunto:** Encaminhamentos dos dois itens abaixo, discutidos durante a 133ª Reunião da CTIL.

**Análise dos encaminhamentos das Câmaras Técnicas:**

**Item 5 - Resolução CTCOB – Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.**

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL em outubro de 2014, pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2014/CTCOB/CNRH/MMA, a Nota Técnica nº 53/2014/SAG-ANA, a Carta nº 044/2014/PRES-CEIVAP e a Deliberação CEIVAP Nº 218/2014.

Durante a 133ª Reunião da CTIL, ocorrida no dia 05 novembro de 2014, a referida proposta de Resolução foi discutida entre os membros presentes, sendo incluído o seguinte artigo: “*Art. 3º Para os fins desta Resolução, deverão ser consideradas as acumulações, derivações, captações e lançamentos insignificantes estabelecidos no art. 2º da Deliberação CEIVAP nº 218/2014*”. Com a inserção do art. 3º, a CTIL encaminha a matéria para aprovação na plenária do CNRH.

**Item 6 - Resolução CTCOB – Extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – GTAAC e dá atribuições à CTCOB para acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH.**

A minuta de Resolução foi encaminhada à CTIL, juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2014/CTCOB/CNRH/MMA. Ao iniciar a análise da minuta, os membros discutiram se o formato e o conteúdo condiziam com o fator gerador da Resolução, ou seja, se a extinção do GTAAC que causou as novas atribuições da CTCOB ou se estas atribuições foram responsáveis pela extinção do grupo. Esta discussão tinha a finalidade de esclarecer o assunto ao leitor da norma e dar mais ênfase às atribuições dadas à CTCOB. Neste sentido, por votação da maioria dos presentes, optou-se por modificar o texto, desde a ementa até os artigos, dando maior ênfase às atribuições dadas à CTCOB, sem entrar no mérito da proposta.

Quanto à ementa, foi decidido deixar mais sucinta, ficando da seguinte forma: “*Acrescenta atribuições à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – GTAAC*”.

Em seguida passou-se para a análise dos “considerandos”, sendo incluída a Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, que instituir a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. O texto dos artigos 1º ao 3º foi



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**

integralmente substituído, dando maior ênfase às novas atribuições da CTCOB, incluindo os incisos VII e VIII na Resolução CNRH nº 21/2002, e extinguindo o GTAAC, conforme demonstrado abaixo:

*“Art. 1º Acrescentar ao artigo 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, as seguintes competências à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB:*

*VII - acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do §1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH;*

*VIII - elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais não conformidades verificadas no inciso anterior.*

*Art. 2º Revogar o art. 9º da Resolução CNRH nº 70, de 2007, extinguindo o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – GTAAC, no âmbito da Câmara Técnica Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.*

*Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”.*

Desta forma, realizados os esclarecimentos e adequações, a Proposta de Resolução foi aprovada para encaminhamento ao Plenário do CNRH.

Este é o parecer.

Em, 5 de novembro de 2014

**JULIO THADEU SILVA KETTELHUT**  
**Presidente da CTIL**